

O armistício que pôs fim a uma das maiores e mais cruéis chacinas mundiais está a ser celebrado na Europa através de paradas militares. Portugal excedeu-se convocando o maior desfile militar de sempre

Soldado morto no campo de batalha de Verdun, durante a Grande Guerra (1914-1918). No «picador de carne» de Verdun - como foi chamado pelos que lá estiveram - morreram em combate três quartos de milhão de soldados.



a perturbadora nostalgia da guerra

Anda por aí uma crescente nostalgia da guerra. O que é perturbador, inquietante, assustador mesmo. Não tanto da parte dos cavalheiros da indústria da morte, que esses estão muito bem servidos de guerras, embora, pela lógica inatacável do mercado, seja conveniente manter acesos os conflitos que se travam e criar alguns outros por precaução; também não será das instâncias internacionais e dos governos, porque esses lidam diariamente com a guerra, acarinham-na até, mesmo aqueles que não gerindo nações vastas em dimensão confundem grandeza e dignidade com a pertença a alianças guerreiras para as quais a liberdade e a democracia se cultivam através de práticas criminosas. Como resultado destas circunstâncias, é no cidadão comum que se pressente, com maior evidência, a nostalgia da guerra. Como resultado da aliança explosiva entre os discursos oficiais, a vários níveis, a comunicação social de largo consumo e a abastardada indústria do entretenimento – que alguns insistem em confundir com a cultura – a chamada opinião pública está a ser insidiosamente formatada em modo de guerra. Como se devesse preparar-se para algo que não tarda a rebentar por aí. Ou seja, estão a tentar convencer-nos, através de métodos multidisciplinares e convergentes – tanto quanto possível indolores – de que a guerra, na forma de um conflito de dimensão continental ou transcontinental, é inevitável.

Causas e consequências

Dos cavalheiros da Lockheed, da Boeing, da BEA Systems, da

Raytheon, da Northrop e respectivos amanuenses no Pentágono, dentro da NATO e nos governos militarmente aliados não temos que nos espantar. É o negócio de uns, o belo emprego de outros, a política de todos, porque a guerra e o neoliberalismo em todas as suas versões – globalismo, nacionalismos e fascismo – são unha com carne, por definição indissociável.

Do comportamento da comunicação social de grande consumo não devemos, igualmente, espantar-nos. Gere-se pela lei do lucro, que é inimiga do interesse dos cidadãos; e como tudo o que seja violência, cultura bélica, jogos militares e, principalmente, a guerra são coisas que vendem, que garantem share, que massificam audiências, que arrebanham multidões, então que venham, quanto mais sangue humano a escorrer mais dinheiro em caixa. É a lei do mercado, a constituição planetária.

Além disso, como tem vindo a afinar-se o talento para fundir a comunicação social com a propaganda e entretenimento, criando um produto híbrido e venenoso a que o neologismo *infotainment* ainda está longe de corresponder, a transformação do cidadão comum em consumidor inerte da cultura de guerra tornou-se automática e em circuito fechado, com rotação acelerada pela dinâmica tecnológica. Por isso, o Estado de Israel, o mais eficaz laboratório de guerra existente, é conhecido como «a nação *startup*».

Acaba por não ser surpreendente, portanto, que o cidadão comum, aquele cuja multiplicação por

milhares de milhões cria a «opinião pública», manifeste sintomas de nostalgia de guerra. O que torna o fenómeno ainda mais arrepiante.

A morte é muito fotogénica

A banalização da morte, desde os jogos para crianças e adolescentes até às imagens de guerra transmitidas nos noticiários televisivos de *prime time*, passando pela massiva cinematografia versando o assunto, distancia as pessoas da tragédia que representa a perda de um ser humano, familiariza-as com a violência, com o assassinio – tudo à distância de um clique, de um botão que se carrega, de um aceno com o telecomando, do bilhete de cinema, do aluguer de um filme, dos saldos de CD's ou DVD's, da escolha de um episódio em dezenas de canais de séries, da arte de manusear uma consola. Morte real ou a fingir? A reprodução através de imagens muitas vezes não é explícita, quanto mais realista for a versão ficcional mais eficaz é o entretenimento, mais enranhada fica a identificação com a violência.

Depois há também o culto do herói, solitário ou destacando-se do anonimato do grupo, a moda militar, a definição e tipificação do inimigo, a inadmissibilidade da crítica à «boa» aliança militar, a deturpação da realidade das guerras existentes, a glorificação da eficácia, das capacidades e performance das armas de extermínio, a compreensão perante o fim de tratados de desarmamento. A morte de seres humanos é sempre um dos objectivos principais da guerra, mas essa realidade está dissolvida na

propaganda subliminar, na sensação transmitida de que o drama é sempre qualquer coisa de alheio, distante – e se os «maus» forem exterminados, tanto melhor.

Os poderes públicos não têm sequer o bom senso, ou mesmo a decência, de evitar a militarização de comemorações com as quais pretendem celebrar a paz.

O armistício que pôs fim a uma das maiores e mais cruéis chacinas mundiais está a ser celebrado na Europa, com epicentro em Paris, através de grandiosas paradas militares simbolizando, no fundo, a prontidão para voltar a fazer o mesmo.

Portugal, como não podia deixar de ser, seguiu a regra, excedeu-a mesmo convocando o maior desfile militar de sempre para assinalar o envio de uma geração de portugueses para o matadouro, como um imenso rebanho de gado. A República de hoje foi incapaz de amenizar, ao menos com desculpas às famílias dos mortos e estropiados, a ignomínia praticada pela República dos primeiros tempos ao agir como qualquer monarquia absoluta.

A República de hoje foi incapaz de assinalar o armistício com um acto cívico de reflexão sobre a decisão de condenar milhares de portugueses a uma morte certa para irem matar concidadãos alemães sem saberem ao certo por quê. Desta maneira foram martirizados milhões de jovens de vários continentes, para ajuste de contas entre imperadores capitalistas com desavenças de dominação e de acesso, como sempre, aos lucros. E

assim se celebra o armistício, cem anos depois, com gigantescas e solenes exibições de aptidões castrenses, como quem passa a mensagem «estamos prontos para outra», mais tarde ou mais cedo as guerras são acontecimentos inevitáveis.

Um ambiente gerado deste modo é susceptível de proporcionar emoção, orgulhos, identificação, uma certa nostalgia da guerra entre as pessoas que não se apercebem do quanto são manipuladas, manobra que o discurso oficial alimenta com o cinismo do «serviço à pátria», uma receita que não conhece fronteiras e funciona em todas as «pátrias».

«Servir a Pátria»

Que «serviço à pátria» prestam, por exemplo, os militares portugueses no Afeganistão? Ou na República Centro Africana, mais de 40 anos depois de nos libertarmos da guerra colonial? Neste país de África, os militares portugueses actuam, ao que se diz, sob a bandeira da União Europeia, pelos vistos uma «pátria alargada» cuja vocação militar se desconhecia, a não ser como entidade política subsidiária da NATO.

É difícil identificar os interesses portugueses pelos quais esse contingente guerreia em África, onde se trata, isso sim, de servir os contrabandistas de diamantes, urânio, madeiras preciosas, cavaleiros aparentados com as famílias da indústria da morte e outras ilustres corporações, todas elas escravocratas.

E que «serviço à pátria» prestaram os militares portugueses

que foram envolvidos, sob comando norte-americano, nas colossais manobras de guerra agora realizadas na Noruega e outros espaços nórdicos, mas sempre com as miras assestadas à Rússia?

Estas interrogações não são comuns entre os comuns cidadãos. Talvez porque não lhes seja dado espaço para as idealizaram enquanto são entretidos com as heróicas façanhas dos «nossos aliados» chacinando sírios e líbios ou sérvios por atacado, levando a democracia e a liberdade até casa dos próprios à bomba, arrombando portas que não se lhes abram, não hesitando em recorrer a armas proibidas como são as munições de fósforo branco.

Para cidadãos despertos e atentos, as patranhas e mistificações que estão na origem de tais feitos gloriosos seriam fontes de revoltas, de indignação, de repúdio. Porém, isso não pode acontecer porque a maioria das pessoas do planeta estão, de facto, anestesiadas com a guerra que lhes servem a todas as horas, a sério, de faz de conta ou como actividade lúdica.

Daí resultam inércia em vez de atenção crítica, alguma identificação no lugar de indignação, uma certa nostalgia substituindo o que poderia ser repúdio.

Enquanto, inertes ou revoltados, todos nos aproximamos uma vez mais do matadouro, conduzidos agora pelos marechais do mercado, por gerais insensíveis e desumanizados, por políticos irresponsáveis, levianos e a soldo.

Por JOSÉ GOULÃO. Jornalista



a guerra, origem e essência antropológica e ética

Habitualmente, define-se a guerra como algo não apenas de não-político, mas, na transcendentalidade do político, como algo que diz respeito a grandes massas humanas: povos, nações, estados, países.

Aparentemente, salvo o especial relevo de certos heróis combatentes, como, por exemplo, um Alexandre Magno ou um Nuno Álvares Pereira, a guerra ignora o indivíduo humano, a pessoa singular, cuja ação própria como que se perde no seio de uma ação conjunta de grandes números de seres humanos.

Estas características supostamente evidentes não são algo de moderno, como certas reflexões sobre as grandes guerras do século vinte podem fazer parecer, mas encontram-se presentes nos relatos historiográficos que até nós chegaram. O caráter humano maciço em termos de números envolvidos, bem como o caráter institucional das guerras é verificável já em textos tão antigos quanto os relativos à cultura egípcia, por exemplo, nas suas relações com povos vizinhos; o mesmo se diga da própria *Bíblia*.

É esta a ideia comum que se tem da guerra.

Ora, nada mais errado quanto ao que constitui a *essência da guerra*, que, se bem que *possa envolver* grandes massas de seres humanos, não tem necessariamente de o fazer. E não tem de o fazer porque a sua causa não diz respeito às grandes massas humanas, mas ao modo como cada ser humano, cada pessoa, age na relação com o outro ser humano, com a outra pessoa, com as outras pessoas.

Encontramos, em dois textos fundadores da tradição ocidental, as bases racionais para se compreender melhor o que a guerra é quanto à sua real origem, que é antropológica e ética, mas que se realiza apenas na forma política, isto, é da inter-relação entre os seres humanos. Perceberemos que a guerra entendida no sentido comum não passa de um subconjunto do que é a guerra como realidade humana.

O primeiro texto é, do *Livro do Génesis*, o seu «Capítulo 4», dedicado à relação entre Caim e Abel, os primeiros filhos do primeiro casal, que simboliza a totalidade da realidade humana de sempre.

Aquando da oferta das primeiras primícias a Deus, este preferiu as que Abel apresentou às ofertadas por Caim. Independentemente das razões quer de Deus para preferir os dons de Abel sobre os de Caim quer de Caim para ficar furioso com Deus, que não interessam senão para eventual uso justificativo do que é, em si e por si, injustificável, o que fica é *o ato de Caim, que, para se vingar de Deus, matou Abel*.

Em termos bíblicos, este é o primeiro ato de guerra da humanidade: é nele e por meio dele que, pela primeira vez, um ser humano atenta contra a vida de um outro ser humano e

concretiza tal atentado na forma da morte desse contra o qual atentou.

É este o modelo padrão definitivo do que é o ato de guerra.

Note-se que, hoje, sabemos o que o humano escrevente do *Génesis* não poderia saber: que o modelo que transmitiu para a narrativa genesíaca configura não o paradigma de ato de guerra apenas para o seu povo, mas para toda a humanidade.

Assim, o paradigma de ato de guerra que encontramos em *Génesis* 4 não é um modelo ocidental – ou oriental – de consideração do que é a essência da guerra, mas um modelo universal, pois é semelhantemente aplicável a todas as culturas e civilizações, precisamente como modelo supremo do que é o *ato de incivilização* por excelência, o ato de guerra.

Ato de incivilização porquê? Porque a sua transcendentalização, isto é, a sua universalização e necessitação imediatamente aniquilariam a humanidade. Esta evidência teórica é incontrovertível.

Adianta-se já que o paradigma que, único, pode contrariar esta possível transcendentalização do ato de guerra é precisamente o chamado «mandamento de Cristo» de amor necessário e universal, como ato de bem pelo outro.

Percebemos com muito mais profundidade o que a guerra é através do contraste com isso que é a sua contraditoriedade em ato, o amor. O amor é o ato de bem para com esse a quem se ama, assim lhe permitindo que seja: o amor é criador de possibilidade de vida.

A guerra é o ato que visa a aniquilação de esse a quem se dirige.

Não há terceira forma de ato, pelo que *a humanidade vive sempre entre o ato de amor e o ato de guerra*, concretamente entre atos de amor e atos de guerra; entre atos que promovem o seu ser e bem e atos que procuram aniquilar, de formas várias, o seu bem, o seu ser.

A que se assiste na brevíssima cena narrativa em que Caim mata Abel?

Temos duas figuras singulares, não dois povos, nações, estados ou outras entidades coletivas quaisquer. Abel é morto porque o irmão Caim decide matá-lo e leva essa decisão à prática. Tecnicamente, diz-se que Caim quis matar Abel. É um ato de Caim que se consubstancia na vontade realizante – e só há vontade quando é realizante, portanto, de facto, realizadora, caso contrário, estamos no âmbito do desejo, sempre, por si só, ineficaz – de matar o irmão Abel.

Ora, estando no domínio humano da prática enquanto possibilidade e realidade de decisão própria, sempre autónoma enquanto própria – por isto, as eventuais razões que se invoquem não interessam, a pessoa *pode sempre* decidir contra elas –, estamos no domínio próprio da ética.

A guerra tem, assim, a sua causa nisso que constitui a dimensão propriamente ética da pessoa humana: a guerra é fundamentalmente uma questão ética. Mas como se trata do âmbito ético humano, é, também, uma questão *antropológica*.

A guerra é, assim, uma ação que tem como origem única o âmbito antropológico e ético.

Tal é fácil de constatar: se não cometermos a insensatez de estender antropicamente o que é próprio e exclusivo dos seres humanos quer projetando-o sobre entidades que se consideram «superiores» quer sobre entidades que se consideram «inferiores», percebemos que *a guerra é ação exclusiva da humanidade*.

Os deuses não fazem guerra: são os seres humanos que projetam sobre entidades supostamente divinas tais atos; os bichos também não fazem guerra, sofrem é projeções semelhantes, adaptadas, de humana origem.

No versículo 9 do «Capítulo 4», pergunta Deus a Caim pelo irmão, ao que o visado pela

pergunta de Deus responde, por sua vez, perguntando a Deus, se ele, Caim, é o *guardião* do irmão Abel.

Esta passagem não serve apenas como coroamento literário da cena narrada. Aponta precisamente para a antítese do que é o ato de guerra que acabou de ser cometido. Mais interessante se torna por não ser Deus a dizer o fundamental, mas o próprio Caim. Este sabe bem que, *em vez de cuidar do irmão*, isto é, em vez de o amar, pois o cuidado implica sempre um ato de bem em favor do outro, que coincide exatamente com o que é a definição do ato de amor, *o matou*.

Repare-se que, na mesmíssima situação contextual, *Caim poderia não ter decidido matar Abel*, até porque a fúria em que estava não se dirigia contra Abel, mas contra Deus. Caim não era suficientemente estúpido para querer matar Deus, algo que sabia ser impossível, tendo optado por ofender Deus matando o seu irmão Abel.

Neste primeiro ato de guerra surge também o primeiro ato de utilização do semelhante humano como arma contra terceiros. Surge a primeira relativização do ser humano *a uma coisa na forma de uma arma*.

Na guerra, a morte é a principal forma de arma contra o *inimigo*. Ora, a morte de alguém pode ser usada como arma contra um terceiro. Torna-se alguém em inimigo funcional, a fim de matar um outro alvo humano, o inimigo final.

Encontramos, aqui, o termo fundamental: «inimigo». **Não há algo como «inimigos naturais», pese embora a estulta expressão surja frequentemente. O inimigo é sempre o ser humano que eu elejo como esse que matarei. Pode ser ao longo de muito tempo, pode ser no imediato do que é o campo de batalha.**

Também disto é paradigma o texto do *Génesis* em apreço: antes de Caim se irar contra Deus, não havia algo como «um campo de batalha»; este surge apenas quando Caim decide matar Abel e passa ao ato. Note-se que a consequência cosmológica é imediata, decretando Deus (versículos 10-12) que a terra, transformada por Caim em campo de batalha, manchada definitivamente pelo sangue do inocente morto pelo primeiro ato de guerra, deixe de dar frutos senão como produto de uma indefinida batalha tipificada pelo duro trabalho da lavoura, que necessita simbolicamente da ferida feita pelos vários tipos de «arados» no seio da terra.

Neste ato de guerra e com este ato de guerra, começa simbolicamente a batalha da humanidade pela sua possibilidade de vida: o primeiro ato de guerra tipifica definitivamente o que vai ser a vida laboriosa da humanidade, num esforço de produção de bens, tantas vezes transformado nessa outra forma de guerra que é a escravatura, forma máxima de todas as formas de alienação do fruto do trabalho relativamente a quem por ele e para ele laborou. A vida da humanidade fica reduzida a uma comum guerra. O ato de amor vai ser a exceção, pois o paradigma fixado é esse em que o sustento se dá na forma de um arrancar bens a uma terra manchada pelo sangue do inocente.

No entanto, ao ler-se o texto bíblico, não apenas o do *Génesis*, mas a sua totalidade veterotestamentária, podemos notar que, sendo o ambiente comum sempre marcado pela violência tipificada pelo ato de Caim sobre Abel, no entanto, são os atos de amor que mantêm a humanidade sendo. Exemplos breves: em Sodoma e Gomorra, são os poucos que amam que se salvam: o mais é aniquilado; com Noé e o dilúvio, é o seu esforçado ato de amor que salva os que se salvam; na cena da possível divisão do bebé em disputa perante Salomão, é o amor da Mãe que salva o infante.

Quando se censura o clima de maldade e de violência que constitui grande parte do pano de fundo narrativo do Antigo Testamento e também do Novo, esquece-se que tal é

simplesmente fiel à decorrência necessária do ato de Caim, que não deve ser tomado ligeiramente, mas que revela a *responsabilidade total do ser humano pelo bem da criação*, pois, **ao contrário do que a pergunta cínica que Caim faz a Deus indicia, todo o ser humano é guardião do seu irmão, só assim sendo possível haver humanidade**: o destino que Sodoma e Gomorra para si determinaram é disso clara prova, simbólica, mas que encerra a grande verdade, segundo a qual, *quando não há pessoas que guardem o bem de seus irmãos, não há cidade*. O folclore incandescente das chuvas de fogo e enxofre serve apenas para manifestar a importância ética, política e antropológica da ação humana, aos eventuais leitores mais distraídos.

A noção fundamental em causa no ato de guerra é a «violência». O ato de Caim sobre Abel é um ato de violência, pois usa de uma força totalmente desnecessária. Todo o ato da sua morte é desnecessário. Nada o justifica em si. No entanto, tudo o pode justificar, se se desconsiderar o papel de Abel, reduzindo-o, por exemplo, a um instrumento de vingança, como foi o caso.

O ato de guerra é sempre um ato de violência, pois usa de uma força absolutamente desnecessária. **Todo o ato que use de uma força desnecessária, seja qual for tal ato, é um ato de violência e, porque a violência, porque é desnecessária, atenta sempre sem razão contra o bem de alguém, é um ato de guerra.**

Podemos, agora, ter uma leitura fundamentalmente diferente das relações comuns entre as pessoas: em qualquer relação política – cuja origem é sempre ética –, todo o abuso de força, todo o mau uso da força, para além da necessária – que começa por ter de se saber se a ação, como no caso de Caim, é ela mesma necessária como um todo –, seja por excesso seja por defeito, configura imediatamente violência e é um ato de guerra.

Compreende-se, deste modo, como **o modo comum de viver da humanidade é um modo de estado universal de guerra – aliás, incomodamente perceptível para quem não vive da guerra –, em que, pelo menos aparentemente, todos abusam de força para com todos, todos são violentos, todos funcionam segundo um modo de guerra.**

Na prática antropológica, ética e política histórica da humanidade, têm, pois, razão, os que dizem que a humanidade vive não apenas «num», mas «um» estado permanente de guerra. Todavia, **é muito mais profundo este estado de guerra do que algo que existe apenas entre povos, culturas, civilizações e outras realidades que não passam de abstrações: é cada um dos componentes humanos pessoais de tais abstrações, que as concretizam prática e pragmaticamente, que existe realmente e que vive em «estado de guerra» permanente.**

Tais componentes ativos fazem-no, dito de forma tecnicamente mais correta, *praticam-no*, são-no, sempre que, em vez de promover o bem do outro, em vez de ser seu «guardião», como Caim deveria ter sido de Abel, amando-o, é seu depredador de bem, aniquilando-o, num só gesto, como Caim a Abel, ou aos poucos, como a generalidade da humanidade à generalidade da humanidade, ser humano a ser humano.

Relembramos que a humanidade vive e apenas vive, sem alternativa, entre os extremos éticos, políticos e antropológicos, do ato de amor e do ato de guerra.

Sobre a perspetiva da segunda obra fundamental, na relação com o exemplo máximo constituído pela ação de Hitler, refletiremos em próximo texto.

AMÉRICO PEREIRA / Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas / Imagem: zatletic/Bigstock.com / Publicado em 03.12.2018

https://www.snpcultura.org/a_guerra_origem_e_essencia.html